

---

# RECENSÕES

---

## *Debate*

### **O conceito de cultura aplicado à análise dos grupos profissionais - interrogações e comentários**

O artigo de Jorge Lima, intitulado "Questões centrais no estudo das culturas profissionais dos professores", publicado no n.º 13 desta revista, coloca-nos importantes interrogações conceptuais sobre a análise sociológica dos grupos profissionais, particularmente àqueles que investigaram (como foi o meu caso entre 1991 e 1997) ou investigam sobre professores. No fundamental, pretendo com este texto (em continuação do que já fiz nesta e noutras revistas a propósito de outros temas, Caria, 1999a, 1997, 1995) desenvolver um comentário crítico que debata o conceito de cultura e a sua pertinência teórica e metodológica para a análise dos professores ou doutros grupos profissionais escolarizados, colocando o problema no contexto geral das Ciências Sociais.

Desejo que este comentário e a resposta de Jorge Lima seja um incentivo para que a comunidade científica das Ciências Sociais em Portugal se torne mais dinâmica e aberta ao debate de ideias, abandonando a prática daquilo que eu chamaria uma «indiferença calculada» sobre o que outros fazem e escrevem.

### **Cultura e metodologias de investigação**

O artigo de Jorge Lima assenta em duas contribuições críticas, de partida, com as quais estou totalmente de acordo: (1) existe uma concepção excessivamente psicológica, na análise do professorado, nas ciências da educação que leva a investigação a conceber os contextos de trabalho dos professores como constituídos por uma "miríade de culturas idiossincráticas"; (2) o conceito de cultura nas Ciências Sociais tende a ser abordado numa perspectiva idealista que desvaloriza as práticas e as acções comparativamente com as crenças, os valores e os sistemas de representação social. Acrescentarei aos argumentos desenvolvidos pelo autor que, provavelmente, tal situação deriva de uma outra: as metodologias mais desenvolvidas para estudar os professores tendem a torná-los como unidades de sentido isoladas (mesmo quando se utilizam algumas metodologias qualitativas), sem identificar os contextos de referência que têm sentido para os próprios. A articulação de sentido entre o fazer e o pensar, entre o agir e o saber, que do meu ponto de vista define um dos principais traços do conceito de cultura, é segmentada e incompreendida na análise que é realizada.

Assim, poderei dizer que as limitações dos estudos sobre os professores são determinadas mais pelo seu quadro metodológico do que pelo seu quadro teórico, pois torna-se cada vez mais consensual nos debates sobre a epistemologia das Ciências Sociais (Caria, 1999b) que a construção de conhecimentos científico não é independente do método utilizado na investigação empírica.

De um modo mais geral, acrescentarei que as concepções idealista e psicologista de cultura resultam do desenvolvimento de metodologias que não tornam em devida atenção as contribuições da antropologia sobre a importância de desenvolver uma perspectiva "etno" de análise, isto é, compreensiva do universo simbólico dos grupos profissionais. Em rigor se tomarmos por referência a Antropologia Social, através da abordagem de Sahlins (1980), é o próprio conceito de prática que é posto em questão. Será que o facto de não haver consenso na Antropologia sobre o conceito de cultura justifica não considerar ou desvalorizar a "cultura de investigação" desta disciplina científica?

### **Cultura e indivíduo**

O argumento central de Jorge Lima para combater o psicologismo enfatiza a perspectiva do colectivo na análise. No entanto, interrogo-me se o modo como o autor coloca o problema não terá oposto excessivamente o individual e o social e não terá desvalorizado uma importante dimensão do conceito de cultura.

De facto, penso que se trata de uma oposição que hoje parece fazer pouco sentido para a mais recente teoria social sobre a estruturação social (conceito de *habitus* em Bourdieu e de *rotina* em Giddens), até porque a própria psicologia de inspiração vigotskyana tem desenvolvido trabalhos que concebem a aprendizagem como dependente de um contexto cultural de partida sobre o qual se dá a

organização da individualidade (Wertsch, 1988, Williams, 1989). Com base na minha experiência etnográfica de investigação com professores, diria, ainda, que o conceito de cultura, e mais particularmente o de *mente cultural* (desenvolvido por Iturra para analisar mais particularmente as "formas culturais") tem subjacente construção social de *consensos* para enfrentar as incertezas do quotidiano (aspecto que Jorge Lima também sublinha) que, sem ocultar as contribuições individuais, permite diluí-las na acção colectiva, não se constituindo tal em constrangimento do social sobre o individual (Caria, 1999c; Caria, 2000: 309-341).

Em resumo, o conceito de cultura só tem sentido analítico quando se aborda um quotidiano que é regular e continuamente vivido por um grupo de indivíduos que partilha significados e negocia consensos de modo predominantemente interactivo, ao ponto de existir um sentimento de pertença comum a que os indivíduos se referenciam para identificar as fronteiras do interior/exterior (o nós e os outros), isto é, o conceito de cultura só ganha sentido analítico quando existe potencialmente um contexto local de análise (Caria, 2000: 192-223). Julgo que concordamos com esta definição pela positiva e pergunto: porque é que Jorge Lima se fica por uma síntese pela negativa do conceito (dizendo o que não é cultura, no final do primeiro ponto do seu artigo) se dá todos os elementos ao leitor para poder fundamentar uma conclusão mais "produtiva"?

### **Heterogeneidade social e Cultura**

Na segunda parte do seu artigo, Jorge Lima desenvolve um conjunto de considerações sobre a heterogeneidade social dos professores para interrogar o valor heurístico do conceito de cultura, acabando por substituí-lo pelo conceito de colegialidade, que parece para o autor ter maior relevância empírica. Para desenvolver esta segunda parte do seu trabalho, o autor parte

duma interrogação que, penso, vai enformar toda a sua argumentação seguinte: "mas será a unidade na prática [a unidade dos professores na acção em contexto] suficiente para falarmos da existência de uma cultura homogénea entre os professores?"

Para mim os termos da pergunta estão mal colocados, daí as nossas discordâncias subsequentes. De facto, o conceito de cultura tem a aspiração de valorizar os traços de unidade de um grupo social, especialmente quando se enfatiza a vertente interactiva (Cuche, 1999). Mas esta unidade, do meu ponto de vista, não pode ser equacionada ao nível das condições sociais ou institucionais de existência de um grupo social, nem ao nível de um eventual acordo explícito e verbal sobre a sua identidade social<sup>1</sup>. Jorge Lima coloca-a a estes dois níveis, daí que, do nosso ponto de vista, não esteja a ser coerente com a sua argumentação quando, no início do seu artigo, valorizou como inerentes aos conceito de cultura a vertente interactiva e a partilha interpessoal de práticas e saberes.

Com base na nossa experiência de investigação etnográfica com professores, poderemos afirmar que a cultura funciona ao nível implícito da consciência prática do fazer e do saber (unidade feita no consenso prático, como também refere Jorge Lima), possibilitando a unidade do grupo ao nível do simbólico, isto é, na percepção social que o grupo tem e dá de si próprio aos outros, através da realização de um trabalho social de igualitarização interna (no agir e no pensar), com o fim de desvalorizar (simbolicamente) os efeitos das inúmeras heterogeneidades sociais que contém dentro de si (estatutos, disciplinas, trajectórias, género, idade, antiguidade na profissão, etc.). Se de facto concordamos que o

conceito de cultura "não pressupõe uma totalidade social igual e homogeneamente integrada", pergunto: que sentido tem interrogar o conceito de cultura a partir das condições institucionais e sociais de heterogeneidade do grupo quando elas só ganham sentido dentro dos universos simbólicos próprio do grupo em cada local?

### **Cultura, subculturas e local**

Convirá referir que a existência de uma unidade simbólica num grupo (a existência de uma cultura) não é um apriorismo, é uma hipótese a verificar. Daí poder-se admitir como pertinente à análise, como Jorge Lima refere, a coexistência de diversas subculturas. Assim, poderão existir dentro de um mesmo contexto local vários "nós colectivos" que conflituam simbolicamente, ainda que possam ter a mesma hierarquia de grupo, as mesmas definições sobre os outros e sobre o interior/exterior do grupo (parte de uma mesma cultura).

No caso do meu estudo sobre professores, verifiquei que não existiam subculturas no seio dos professores, embora admitisse que estas existiam em embrião (modalidades diferenciais de identificação com o grupo, isto é, trabalho de representação social do que é o grupo a partir de trajectórias sociais e profissionais individualizadas), podendo ser desenvolvidas numa outra conjuntura política ao campo escolar (Caria, 2000: 571-586).

O essencial dos meus argumentos vão no sentido de considerar que uma cultura apenas pode ser objecto de análise à escala local, porque num território mais vasto não existe um contexto interactivo que justifique esta perspectiva de análise. A grande circulação de professores por inúmeras escolas em Portugal, até há bem pouco tempo, pode dar aos contextos locais e escolares uma ambiência (conscientemente reconhecida pelo grupo; uma identidade colectiva) ou um *ethos* (um sistema

---

<sup>1</sup> Aparentemente cultura e identidade parecem ser conceitos equivalentes para o autor, formulação com a qual discordamos. Sobre estes conceitos cf. Caria, 2000: 192-206; Costa, 1999: 494-505.

inconsciente de valores na gestão do quotidiano da escola), que aproxime os professores de diferentes contextos e que por essa via permita encontrar traços de unidade simbólica entre professores de inúmeros locais. Mal tal dependerá de conjunturas institucionais específicas ou de dimensões inconscientes da prática ou do simbólico de um grupo social, que julgo, de acordo com a definição que dei em cima, estão para além do conceito de cultura, havendo outros conceitos ou configurações conceptuais para interpretar estas outras dimensões da realidade.

No caso concreto do meu estudo sobre os professores, enquadrei o problema da cultura dos professores no âmbito da estruturação local de um posicionamento e atitude (no sentido de *ethos*) do grupo face aos conflitos de legitimidade que atravessavam o campo escolar (Caria, 2000: 525-570). Deste modo, não fechámos o grupo sobre si próprio, evitando o desvio culturalista dos estudos locais com preocupações interpretativas, e procurámos problematizar o conceito na construção de uma relação de poder com o centro do campo escolar (conceito de racionalização da cultura).

Em síntese, pensamos que as abordagens macro-simbólicas de um grupo profissional não podem ser adequadamente analisadas a partir de um conceito que, fundamentalmente, se evidencia na hipótese da unidade do local, como é o caso da cultura. A cultura permite analisar as dimensões da construção do social que dependem das relações face a face.

É claro que poderemos perguntar: mas o que é hoje o local? Há ainda hoje sociedades locais?

O local, hoje, é um espaço e um tempo funcionalizado, parcial e especializado e por isso, como refere Giddens, (tendencialmente) descontextualizado. Poderá ser uma realidade em extinção mas enquanto existirem indivíduos que têm um espaço e um tempo quotidiano em que se encontram regular e continuamente

(existirem contextos sociais) poderemos admitir a hipótese de estarmos perante uma cultura, desde que a heterogeneidade social e ideológica dos indivíduos em presença consiga ser reconstruída simbolicamente ao ponto dos vários elementos do grupo se sentirem parte de uma mesma unidade simbólica (de um nós).

Em qualquer caso, não se pense que defendo uma concepção realista ou empiricista de cultura. Concordamos com Jorge Lima que o conceito de cultura, como qualquer outro, é um construção abstracta da ciência, embora, acrescente, que importa clarificar com rigor os factos que lhe dão pertinência analítica. No caso da cultura, como deixámos claro, optamos por considerar como determinante para avaliar do seu valor heurístico a existência de um contexto local de vivências e actividades comuns a um grupo de pessoas,

### **Colegiabilidade, para quê?**

Por fim, alguns comentários à abordagem de Jorge Lima sobre a colegialidade dos docentes. Concordamos com o autor quando este refere os enormes riscos que este conceito contém dada a manipulação centralizadora que dele se pode fazer para efeitos de mudança institucional escolar, podendo vir a ser usado como critério normativo de avaliação do desempenho individual ou colectivo do grupo profissional. Em qualquer caso, o conceito tem subjacente um juízo, mais ou menos documentado empiricamente por Jorge Lima, de que os professores são individualistas, isto é, diria eu, não trabalham tão colectivamente quanto os ideólogos e reformadores da educação desejariam ou pressupõem nos seus modelos abstractos de escola ou de professor.

Com base no meu estudo sobre professores, diria que não são os professores que são individualistas (não uma questão de "essência cultural" do grupo), existem é espaços instituídos na escola que obrigam e fomentam a

privatização das relações sociais ou situações sociais que levam à informalização individualista do quotidiano. Deste modo, o individualismo, quando existe (sempre ao lado de dimensões de colectivização das acções do grupo) não é uma questão de acto de vontade local ou cultural, é uma questão de relações sociais nos quadros organizacionais escolares e nas conjunturas políticas vigentes.

Face a este quadro, perguntamos: porquê desenvolver linhas de investigação sobre a colegialidade quando o conceito de cultura parece dar conta das mesmas dimensão de análise, ainda que possa ser passível de melhor operacionalização? Se se trata de uma questão de oportunidade para participar no debate político sobre as mudanças institucionais na escola, então não será preferível desenvolver os estudos sobre as culturas dos professores (sem medidas de colegialidade ou outras), a fim de actuar sobre a forma como se concebem os problemas educativos e não tanto para encontrar as soluções administrativas esperadas pelos ideólogos e reformadores da educação?

### Referências bibliográficas

- CARIA, Telmo H. (1995) "Debater a Sociologia da Educação em Portugal", *Forum Sociológico*, n.º 6, 33-48.
- CARIA, Telmo H. (1997) Recensão crítica ao livro de Augusto Santos Silva "Tempos Cruzados, um estudo interpretativo da cultura popular", Porto: Afrontamento, 1994. *Educação, Sociedade & Culturas*, n.º 7, 187-196.
- CARIA, Telmo H. (1999a) "A estruturação social e a reflexividade: as limitações da Sociologia da Educação», *Educação, Sociedade & Culturas*, n.º 12, 223-253.
- CARIA, Telmo H. (1999b) "A racionalização da cultura profissional dos professores - uma

abordagem etno-sociológica no contexto do 2º ciclo do ensino básico", *Revista Portuguesa de Educação*, n.º 12 (1), 205-242.

- CARIA, Telmo H. (1999c) "A reflexividade e a objectivação do olhar sociológico na investigação etnográfica", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 55, 5-36.
- CARIA, Telmo H. (2000) *A Cultura Profissional dos Professores - o uso do conhecimento em contexto de trabalho na conjuntura da reforma educativa dos anos 90*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- COSTA, António F. (1999) *Sociedade de Bairro*, Oeiras: Celta
- CUCHE, Denys (1999) *A noção de cultura nas Ciências Sociais*, Lisboa: Fim de Século.
- SAHLINS, Marshall (1980) *Au coeur des sociétés - raison utilitaire et raison culturelle*, Paris: Gallimard.
- WERTSCH, J. V. (1988) *Vigotsky y la formation social de la mente*, Barcelona, Paidós.
- WILLIAMS, Meredith (1989) «Vygotsky's social theory of mind», *Harvard Educational Review*, 59 (1), 108-126.

TELMO H. CARLA  
UTAD, Vila Real, 2000/07/20